

A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A CONTRIBUIÇÃO DE MARX E GRAMSCI PARA A EXPLICITAÇÃO DA REALIDADE

Cristhyane Ramos Haddad¹

Resumo

O objetivo desse artigo é levantar alguns aspectos do trabalho na sociedade capitalista e especificamente o trabalho do professor no contexto das reformas educacionais da década de 1990 no Brasil. Tais reformas ressignificaram o trabalho em geral, que foi marcado por processos de flexibilização e desqualificação da força de trabalho, com desdobramentos no magistério. É preciso analisar tais questões e para isso vamos buscar os conceitos de hegemonia, relações de poder, intelectuais orgânicos, revolução passiva e de escola emancipatória desenvolvidos por Gramsci. Em Marx nos apropriamos dos conceitos de alienação, humanização e trabalho como atividade criadora. A pesquisa realizada é de caráter bibliográfico e pretende contribuir para a construção de uma educação emancipatória sobre as bases de uma sociedade pautada nos princípios da solidariedade e justiça, a ser construída com a superação do capitalismo.

Palavras-chave: Trabalho do professor. Degradação. Humanização.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo abordar o tema: a degradação do trabalho na sociedade capitalista e a contribuição da teoria de Marx e Gramsci para a explicitação da realidade. Na primeira parte tratamos do conceito trabalho como o princípio a partir do qual a questão da educação é tratada. Cabe acentuar que esta base se efetiva com observações introdutórias e gerais centradas nos escritos de Marx. Na segunda parte do texto tratamos das reformas educacionais e do trabalho do professor que na sociedade capitalista tem sido marcada por processos de intensificação e degradação. Para aprofundar a análise dos processos de degradação do trabalho abordamos a organização produtiva taylorista/fordista e toyotista tomando por base os estudos realizados por Ricardo Antunes. Na terceira parte do texto estaremos abordando as contribuições da teoria Gramsciana

¹ ??????

tomando por base a leitura de alguns fragmentos dos Cadernos do Cárcere, onde Gramsci explora as questões referentes as relações de poder, as relações hegemônicas, os intelectuais orgânicos, o partido político e um conceito emancipatório de escola que estão sistematizadas em duas obras: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*; e *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Na quarta parte tecemos algumas observações sobre os limites e possibilidades de um projeto emancipador de educação na escola.

● TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Retomamos aqui, em linhas gerais, os pressupostos de nossas reflexões: o trabalho é para Marx uma atividade realizada pelo homem em relação com a natureza e com outros homens. Nesse processo o homem se humaniza, pois, aprende coisas e constrói a sua consciência sobre a realidade que o cerca. Esse processo é o que Marx chama de *humanização* ou *atividade realizadora do homem*, que assume formas específicas na sociedade capitalista a partir da *objetivação do trabalho*: “O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é *objetivação do trabalho*. A execução do trabalho é simultaneamente sua *objetivação* (MARX, 2004).

O homem se objetiva no produto por ele produzido e deveria se reconhecer no produto de sua criação, como o sentido e o significado de sua atividade enquanto indissociáveis. Esse processo seria para ele realizador, na medida, em que ao criar algo, também se humaniza.

No entanto, com a divisão social do trabalho e a forma como se organizam as relações de trabalho no modo de produção capitalista, incluindo o modo como se produzem e se sobrepõe os valores de uso e de troca na forma “mercadoria”, o homem não mais reconhece o produto de seu trabalho, é o que Marx chama de *alienação*. O trabalhador sendo obrigado a vender sua força de trabalho para o proprietário dos meios de produção se submete a lógica a ele imposta. O trabalho para ele deixa de ser uma atividade realizadora.

A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetivação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação. [...] Todas

essas consequências decorrem do fato de o trabalhador ser relacionado com o produto de seu trabalho como um objeto estranho. [...] O trabalhador põe a sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém ao objeto. [...] A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (MARX, 2004, p.80)

O trabalhador não mais reconhece o produto de seu trabalho, e essa atividade deixa de ser para ele um processo realizador, mas torna-se um processo de desrealização. Sentido e significado se apresentam como processos dissociados, ou seja, o trabalhador perde o sentido do seu trabalho, da sua atividade enquanto processo realizador.

Na busca do aumento da extração de mais-valia, o capitalista introduz a maquinaria na produção e descobre que o trabalho parcelar onde cada trabalhador executa uma determinada função, imprime velocidade, aumentando a produção de mercadorias. Esse trabalho parcelar e fragmentado traz consequências para o trabalhador, uma delas é a especialidade, ou seja, o trabalhador não mais domina todo o processo de produção, mas, apenas uma parte dele. A outra consequência é a divisão entre os que planejam e os que executam, e por fim o trabalhador não mais se realiza no processo de produção, pois não mais reconhece o produto de seu trabalho.

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins. [...] Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. [...] O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou

o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção (MARX, 1985, p. 154).

Marx acentua a característica criadora do trabalho com a expressão “fermento vivo” que o capitalista incorpora aos “elementos mortos” constitutivos da matéria a ser transformada, ou seja, a compra da força de trabalho não é uma simples relação de troca, mas a apropriação de uma força viva e transformadora. Nesse sentido, as relações entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores são relações desiguais, na qual os trabalhadores necessitam vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. A mudança dos significados nesse ritual de compra e venda da força de trabalho, analisada em profundidade por Marx no modo como se produzem as abstrações e ocultamentos que viabilizam a apropriação e o controle do trabalho pelo dono dos meios de produção se encontra na raiz da alienação. Na alienação o trabalhador não mais reconhece o produto de seu trabalho, bem como perde a visão da totalidade do processo da produção.

Essa breve introdução nos abre a senda para refletir sobre as relações educacionais na escola inserida no contexto da sociedade capitalista e respondendo a seus objetivos: a escola reproduz dentro de seu espaço e consolida as mesmas relações de trabalho, ou seja, alguns serão preparados para o trabalho de execução e outros de planejamento, perpetuando dessa forma a divisão, agora entre dirigentes e dirigidos. A escola, inserida na sociedade capitalista, reproduz a divisão e fragmentação do trabalho entre a atividade de produzir materialmente e a de pensar e planejar esta produção. A escola prepara a classe dominante para assumir as funções de planejamento e comando, e a classe trabalhadora para ocupar postos na execução de funções mecânicas e automatizadas. Desta forma a escola contribui para reproduzir a divisão da sociedade em classes sociais.

E essa situação assume uma proporção tal que o professor, como assalariado que precisa assumir funções em mais de uma escola

para viver, numa estrutura hierarquizada e internamente dividida, chega a uma condição semelhante à do trabalhador em geral: seu trabalho lhe aparece como um trabalho estranho, o que leva a uma perda de sentido, ou seja, a um processo de alienação. Assim, o professor não reconhece mais o seu trabalho como um processo de formação de homens críticos e capazes de mudar a realidade de opressão e desigualdades a que estão submetidos.

Concentramo-nos na realidade brasileira na situação de crise econômica e de política neoliberal que caracteriza a realidade desse início de século: o professor para garantir sua sobrevivência é obrigado a assumir uma jornada de trabalho extenuante, muitas vezes em diferentes escolas. O seu trabalho que deveria ser para ele um ato criador passa a se configurar numa atividade rotineira e repetitiva, sem que de fato ocorra um processo de reflexão sobre sua prática pedagógica. Da mesma forma não estabelece vínculo com o projeto pedagógico dessas escolas nas quais trabalha, pois, não se sente pertencente a esse coletivo. Tem dificuldade de compreender quem são seus alunos, em que comunidade estão inseridos, quais são suas dificuldades e necessidades. Nesse sentido seu trabalho em sala de aula acaba por se configurar tão somente numa dimensão técnica desprovida do compromisso político. Por fim esse professor ao final de um dia de trabalho sente-se frustrado pois não vê sentido no que está realizando.

○ TRABALHO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

A forma de organização do trabalho capitalista interfere na forma de organização do trabalho da escola, nos seus objetivos, na sua função social, e também nas relações que se estabelecem com os profissionais que trabalham nessa escola. É preciso considerar essas questões para identificar os espaços de contradição que se apresentam na escola e tentar usá-los em benefício dos alunos e professores.

As relações de trabalho para os trabalhadores da educação têm sido marcadas pelo trabalho alienado e desumanizador. As condições de trabalho dos professores são marcadas por processos de degradação e desvalorização: sobrecarga de trabalho, acúmulo de

atribuições, turmas numerosas e diversificadas, falta de profissionais para atender as demandas de trabalho da escola e número excessivo de alunos em sala de aula. Aliado a tudo isso o que verificamos são políticas públicas comprometidas com os princípios neoliberais, a formação aligeirada e barateada dos trabalhadores da educação e falta de garantia de condições adequadas de trabalho. Tendência muito presente no discurso é a que culpabiliza o professor pela ineficiência do ensino, como se estivesse em suas mãos a possibilidade de realizar a transformação do ensino desconsiderando todos os demais determinantes que interferem nessa questão.

É importante compreender que todos esses processos que se evidenciam na escola não estão descolados da realidade social, da forma de organização econômica e nesse sentido é importante conhecermos essas diferentes formas para melhor compreender as mudanças que se efetivam na escola. A reestruturação produtiva representada pelo Taylorismo/ Fordismo e mais recentemente, pelo Toyotismo passaram a exigir novas demandas à educação escolar, refletindo nas formas de gestão e de organização do trabalho na escola. Tais demandas impulsionaram a elaboração das reformas educacionais mais recentes resultando em intensificação do trabalho docente, ampliação do seu raio de ação e conseqüentemente, em maiores desgastes e insatisfação por parte desses trabalhadores (OLIVEIRA, 2004).

Taylor propunha que o trabalho do operário deveria ser controlado na fábrica através do comando de um gerente. O tempo para o desempenho de uma função e o movimento que o trabalhador levava para executá-lo passam a ser rigorosamente controlados com o objetivo de aumentar a extração da mais valia. Os princípios da racionalização são implantados pela gerência científica na indústria para aumentar a produção de mercadorias. O trabalho passa a ser dividido entre aqueles que planejam o processo da produção e entre aqueles que executam o que foi planejado por outros. Todo esse processo que se instaura com a organização do trabalho taylorista/fordista leva a um estranhamento do proletariado em relação ao que produz e para quem produz. No entanto, há que se destacar que no processo de produção na fábrica taylorista/fordista a subjetividade do trabalhador ainda não tinha sido absorvida totalmente pelo capitalista. Os trabalhadores se reuniam na fábrica e dessa forma havia a possibilidade de ao discutir seus problemas se reconhecerem

enquanto classe trabalhadora que passava por um processo de exploração (ANTUNES, 2011).

Com a crise do capital iniciada na década de 1970 a forma de organização taylorista/fordista começa a dar sinais de esgotamento e o capital inicia um processo de reestruturação de suas bases organizacionais da produção. Com o toyotismo implanta-se na indústria moderna a micro-eletrônica, as máquinas informatizadas as quais foram responsáveis pela substituição de um número significativo de trabalhadores que vieram a se configurar como desempregados ou relegados ao trabalho informal. Os trabalhadores que na forma de organização taylorista/fordista tinham como característica o trabalho especializado foram substituídos no toyotismo pelo trabalhador polivalente, multifuncional, capaz de realizar diferentes atribuições na fábrica. Os processos de coisificação e estranhamento com o toyotismo foram marcados pela apropriação total da subjetividade dos trabalhadores, que agora passam a ser validados sob uma ideologia que os faz acreditar e a se ver como “colaboradores” e “parceiros” do capitalista. Esse processo é descrito por Antunes (2011) como as “metamorfoses do processo produtivo”. O toyotismo visa apropriar-se crescentemente da dimensão intelectual e das capacidades cognitivas dos trabalhadores para que essas possam ser absorvidas pela máquina inteligente no processo de produção. O trabalho torna-se mais intensificado e os espaços de relações humanas passam a se constituir cada vez mais como espaços individualizados, impossibilitando qualquer forma de ação coletiva e contribuindo para a apropriação da subjetividade dos trabalhadores que estão conformados aos interesses das empresas.

Torna-se necessário considerar as transformações ocorridas no processo produtivo para compreender os impactos trazidos para a escola. As reformas educacionais da década de 1960 atendendo as exigências do ideário do nacional desenvolvimentismo no Brasil foram responsáveis pela ampliação do acesso à escolaridade sob o argumento da educação como meio para a mobilidade social. Já as reformas educacionais dos anos de 1990 sob o imperativo da globalização tiveram como foco a educação para a equidade social, o que provocou mudanças substantivas na organização e na gestão da educação pública com o argumento de formar os indivíduos para a empregabilidade (OLIVEIRA, 2004).

As reformas iniciadas na década de 1990 trouxeram mudanças para os trabalhadores da educação e para a natureza do trabalho escolar, que foram marcadas por processos de flexibilização, precarização, desvalorização e desqualificação da força de trabalho do magistério.

O ideário da reforma educacional atribuiu ao professor um protagonismo fundamental, identificando nele a responsabilidade pelos problemas do sistema público de ensino e o poder de resolvê-los. Os documentos produzidos pelos organismos multilaterais e políticas nacionais evocam a profissionalização como a solução aos problemas do sistema educacional público. No entanto, sob a denominação de “profissionalização” a reforma na verdade teve como meta promover a desintelectualização do professor (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2002).

Tal política educacional tem trazido reflexos sobre o trabalho docente. O professor, o pedagogo, o diretor tem de responder a exigências que vão além de sua formação ou do que é realmente a especificidade de seu trabalho. Dessa forma esses trabalhadores da educação são obrigados a desempenhar funções que não lhes competem e muitas vezes não conseguem realizar o que de fato é o seu trabalho. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional. Nesse sentido é que se afirma que está instaurado um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores, pedagogos e diretores das escolas públicas.

Como superar essa realidade de degradação e desvalorização que os trabalhadores da educação têm sofrido na sociedade capitalista é o objetivo que mobilizou os estudos desse texto, para o qual buscamos a contribuição dos escritos de Gramsci a fim de elucidar a questão.

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA GRAMSCIANA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Nesse tópico estaremos abordando as contribuições da teoria Gramsciana tomando por base a leitura de alguns fragmentos dos Cadernos do Cárcere, onde Gramsci explora as questões referentes as relações de poder, as relações hegemônicas, os intelectuais

orgânicos, o partido político e um conceito emancipatório de escola que estão sistematizadas em duas obras: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*; e *Os Intelectuais e a organização da cultura*.

Para Gramsci o primeiro elemento a ser destacado na política é a existência real de governantes e governados, dirigentes e dirigidos. No entanto, essa divisão para ele não é algo acabado, ao contrário a divisão dos homens em classes sociais é um processo histórico e como tal pode ser mudado.

Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? Entretanto, deve-se ver claramente que a divisão entre governados e governantes, embora em última análise, refira-se a uma divisão de grupos sociais, todavia existe, em virtude da forma como as coisas são (GRAMSCI, 1976, p.19).

Para Gramsci essa realidade histórica é explicitada pela filosofia da práxis, que não é apenas um método interpretativo de mundo, mas também uma nova concepção que opera a favor de uma transformação radical, de subsunção do capitalismo. Não existe para Gramsci uma natureza humana abstrata, fixa e imutável, essa natureza humana é fruto das relações sociais historicamente determinadas e dessa forma a ciência política deve ser conhecida no seu conteúdo concreto.

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da História é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência); mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, isto é, um fato histórico comprovável, dentro de certos limites, através dos métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida no seu conteúdo concreto (e

também na sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento (GRAMSCI, 1976, p.9)

Sendo um fato histórico, pode mudar de acordo com as circunstâncias e a ação consciente dos homens, daqueles que se encontram em situação subalterna. Para ocorrer essa transformação, ou seja, a elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, seria necessário ocorrer uma reforma, intelectual e moral aliada a uma transformação econômica. As mudanças estruturais e superestruturais, no seu movimento e relações recíprocas, podem ocorrer na medida em que a análise das forças que atuam sejam consideradas a partir de dois princípios retomados de Marx:

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas. É necessário movimentar-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (GRAMSCI, 1976, p.45).

Gramsci quer nos dizer que as relações entre estrutura e a superestruturava além da dimensão econômica, elas envolvem a dimensão política. Dessa forma as relações que se estabelecem num determinado bloco histórico implicam uma correlação de forças, que Gramsci denomina de hegemonia. A hegemonia implica a capacidade de uma classe social em formar e manter seus intelectuais, ou seja, é o processo pelo qual o grupo dominante submete os outros grupos pela coerção ou pela divulgação de seus valores, que são assimiladas pelas classes sociais dominadas. O exercício da hegemonia envolve a sociedade política enquanto esfera administrativa e burocrática e a sociedade civil, enquanto prática de poder exercida pela atuação da dimensão ideológica.

O conceito de hegemonia nos remete, portanto, à divisão inicialmente acentuada na existência de dirigentes e dirigidos e nos leva a recordar brevemente a composição do Estado na visão de Gramsci. Além do momento da repressão e da violência representado pela sociedade política, é necessário abranger também a sociedade civil que constitui o momento da persuasão e do consenso na busca pela hegemonia.

O Estado em Gramsci se compõe da sociedade política ou “aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento”, e sociedade civil, onde se exerce a direção da sociedade “através das organizações privadas” (SCHLESENER, 2007).

A sociedade civil é o conjunto de organismos chamados privados e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, trata-se do conjunto de instituições nas quais se elaboram as concepções de mundo, onde se organizam os grupos sociais e se realiza a direção política e cultural da sociedade (SCHLESENER, 2007).

Já a sociedade política tem a função de controlar, de assegurar legalmente a disciplina dos grupos que não consentem aos objetivos dominantes, a coerção é exercida principalmente nos momentos de crise, quando fracassa o consenso (SCHLESENER, 2007).

Pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” [...] 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem (GRAMSCI, 1979, p.10-11).

No contexto das relações hegemônicas, a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais. Os intelectuais realizam o vínculo entre o modo de produção e as superestruturas, unificando as diversas classes sociais em torno da classe dirigente e de seus objetivos (SCHLESENER, 2007, p.37).

Os intelectuais podem estar a serviço da manutenção da ordem vigente, nesse caso são intelectuais orgânicos da classe dominante, ou podem defender os interesses das classes dominadas e nesse caso trabalham para a mudança e superação das divisões sociais e pela instituição de uma nova ordem social. Nesse sentido, no âmbito das relações hegemônicas, formam-se os intelectuais orgânicos da burguesia ou do proletariado, os quais defenderam os interesses do grupo social ao qual estão vinculados. O intelectual orgânico do proletariado tem um compromisso político com a classe trabalhadora, a partir de sua ação política ele poderá apontar as contradições que perpassam o social e desmistificar as relações de dominação.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1979, p.3)

Gramsci destaca ainda que todos os homens são intelectuais, embora nem todos os homens desempenhem na sociedade a função de intelectuais. Para ele o operário ou proletariado não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual, pois em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de atividade intelectual criadora. Portanto, para Gramsci quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, ele faz referência à imediata função social da categoria profissional específica. "Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens" (GRAMSCI, 1979, p. 7).

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas é "mediatizada," em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas. Pode-se destacar dois

grandes planos superestruturais: o da sociedade civil, ou organismos privados e o da sociedade política ou Estado, que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade (GRAMSCI, 1979).

Os intelectuais da classe dominante para assegurar a hegemonia da classe que representam empregam duas ações: a primeira é a de buscar o consenso espontâneo das massas da população em favor dos interesses da classe dominante e a segunda é a de garantir a hegemonia através do aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem passivamente (GRAMSCI, 1979).

O partido político assume uma importante tarefa na elaboração e difusão de uma nova concepção de mundo, ele seria um instrumento de luta a favor da classe trabalhadora na criação e difusão de uma nova forma de ver a realidade, em defesa de um projeto hegemônico do proletariado. A luta por novas relações hegemônicas é a base para a criação de novas estratégias de luta.

A hegemonia se efetiva como direção política e cultural, nesse sentido é possível perceber o quanto a ação do intelectual orgânico e do partido político são importantes na preparação contra-hegemonica. Gramsci (1979, p.9) destaca que a escola é um dos instrumentos para elaborar os intelectuais de diversos níveis e quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado.

Mas a educação tem um alcance mais amplo se considerarmos os escritos de 1916- 1926: Gramsci traz um conceito emancipatório de educação, pelo qual o oprimido pode assumir a força política a partir de sua organização na luta de classes. Assegura que no "Estado dos Conselhos" a escola representará uma das mais importantes e essenciais atividades públicas. Reafirma a importância da escola para os trabalhadores como um instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis e também para elevar o nível cultural e intelectual das massas atuando decisivamente no processo de reforma intelectual e moral na luta pela hegemonia e na construção do novo bloco histórico.

Nos Cadernos do Cárcere Gramsci concebe a escola unitária de caráter público, voltada para a formação cultural e não diretamente profissionalizante.

A escola unitária ou de formação humanista [...] ou de cultura geral, deveria propor-se o objetivo de inserir os jovens na atividade social depois de tê-los conduzido a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 1979, p.121).

Gramsci propõe a organização da escola unitária: começando pelo primeiro grau elementar com duração de 3 a 4 anos. Na sequência dos estudos envolverá mais cerca de 6 anos, completando-se quando o jovem se aproxima dos 16 anos de idade, momento em que atinge a autonomia intelectual e a autonomia moral. Assim a escola unitária atinge seu ponto culminante com a escola criadora.

Do ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criadora ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas (Gramsci, 1979, p. 123).

A escola criadora não significa escola de “inventores e descobridores,” trata-se de “uma fase e de um método de investigação e de conhecimento”.

Na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual tende a criar os valores fundamentais do humanismo, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico, seja ela de caráter imediatamente prático-produtivo. O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora (GRAMSCI, 1979, p. 124)

Finalmente Gramsci compreendia os professores como intelectuais que preparam para a vida social e política. Ao professor caberia a tarefa de mostrar aos seus alunos as várias leituras possíveis de uma situação (SCHLESENER, 2009).

A ATUALIDADE DA TEORIA DE MARX E GRAMSCI PARA A INTERPRETAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA ATUAL REALIDADE

Na luta pela conquista pela hegemonia a classe dominante utiliza os seus intelectuais para que o seu discurso seja veiculado entre as classes dominadas e dessa forma suas idéias sejam legitimadas como ideias hegemônicas, nesse sentido os meios de comunicação e a mídia desempenham uma ação fundamental. Nos momentos de crise a classe dominante busca a restauração do equilíbrio através da "revolução passiva", conceito desenvolvido por Gramsci.

É preciso compreender que o discurso veiculado em determinado momento histórico está ligado necessariamente a um projeto de hegemonia. Toda classe que pretenda construir sua hegemonia tem de criar primeiramente uma leitura da história, para posteriormente apresentar-se como um projeto de transformação e de busca pela hegemonia.

Nesse processo é fundamental que cada classe produza os seus intelectuais capazes de pensar os problemas que se apresentam para a classe a qual representam e fundir experiências concretas para a conquista da hegemonia.

No entanto, a conquista da hegemonia pela classe dominada não é um processo tranquilo, nem ao menos fácil. A classe dominante lança mão de diferentes estratégias para manter a sua ideologia dominante no poder. Uma das estratégias da qual dispõe é o que Gramsci denominou de "revolução passiva". A revolução passiva representa a busca de uma solução nos momentos de crise, onde a classe dominante firma acordos com as direções reformistas para evitar que a classe dos dominados conquiste a hegemonia. Portanto, a revolução passiva é para Gramsci uma "revolução-restauração" pela qual cede-se alguns benefícios por um lado para a classe trabalhadora sem no entanto, modificar as estruturas econômicas, políticas e sociais. Cede-se para não perder o poder sem de fato transformar e mantêm-se as classes dominadas sob controle. (DIAS, 2012)

A revolução passiva necessita e requer um discurso que neutralize os projetos das classes dominadas. Nesse sentido veicula-se através das mídias um discurso que acaba sendo apropriado pela classe trabalhadora e que legitima a sua opressão. Esse discurso embora pareça renovador e transformador, na realidade mascara a verdade, e legitima uma aparência que não existe. Esse discurso é uma conquista ideológica dos intelectuais orgânicos da classe dominante, daí a importância dos intelectuais para a manutenção da hegemonia dominante. (DIAS, 2012)

A tarefa dos intelectuais das classes dominadas é construir com elas a inteligibilidade do real, a possibilidade de elaborar e colocar em prática projetos que promovam a transformação social. Essa tarefa não é fácil pois exige que esses intelectuais decifrem a realidade que é mistificada, esse é o ponto de partida para se iniciar um projeto de emancipação e de construção de uma nova história. Portanto, decifrar a estrutura de dominação significa criar as condições de se iniciar o processo de libertação da classe dominada e coloca como desafio para os intelectuais das classes dominadas o desafio de construir novas relações sociais e uma nova sociedade, a sociedade socialista. Para isso será necessário preparar as classes dominadas para a sua emancipação (DIAS, 2012).

Nessa luta pela hegemonia a classe dominante precisa naturalizar a realidade para impedir que a classe dominada tenha a clara percepção da realidade. Trata-se de tentar conformar a classe dominada a um determinado modo de vida, amoldando-as para a manutenção da ordem estabelecida, difundindo a ideologia de que as coisas são assim mesmo e devem continuar como estão.

Para romper com essa estrutura excludente é necessário um projeto crítico transformador que possibilite a emancipação das classes trabalhadoras, um projeto de uma nova sociedade estruturada sobre outras bases que não são a da competitividade e do individualismo, mas da solidariedade e da coletividade.

Por isso é tão importante que a investigação da realidade vá além das aparências, possibilitando que a classe dominada desvele o projeto político da classe dominante, somente dessa forma será possível superar a realidade classista e promover a emancipação dos trabalhadores. Isso é o que Marx e Gramsci denominam da filosofia da práxis, ou seja, a interpretação da realidade para a sua transformação.

Dessa forma, o marxismo não é apenas mais uma interpretação do mundo, ele é uma teoria crítica que pretende a transformação desse mundo e por isso é tão atual e necessário.

A educação é peça fundamental nesse processo de desmistificação da hegemonia dominante, talvez por isso a atual política educacional esteja voltada para um processo de desvalorização e degradação do trabalho do professor. Que interesse há em ter profissionais bem remunerados, investindo em sua formação, se o que se pretende para a escola pública é apenas um ensino pauperizado.

Por isso é tão importante destruir a organização dos professores, investir na formação em serviço que é mais barata e mais aligeirada do que investir numa formação sólida, com um ensino teórico-prático consistente, por isso não importa ter salas de aula com número excessivo de alunos, com condições físicas e materiais das escolas precarizadas, com poucos profissionais dentro da escola assumindo diferentes funções e muitas vezes funções que não cabem a escola pública para atender as atuais demandas impostas pelas políticas de governo.

Tal política pública tem sido uma política de dismantelamento da escola pública e de desvalorização e precarização do trabalho docente. O professor tem que se submeter a cargas de trabalho extenuantes, a aceitar aulas em diferentes escolas para fechar sua carga horária semanal de trabalho e, no final, é ainda responsabilizado pelo fracasso da escola pública.

A realidade dos demais profissionais da escola como os pedagogos não tem sido diferente. Divulga-se a idéia do "pedagogo unitário" capaz de realizar as diferentes atribuições que anteriormente eram atribuídas ao orientador educacional e ao supervisor escolar. Sob um discurso ideológico muito bonito e sedutor justifica-se a extinção dessas antigas funções para atribuí-las agora ao "pedagogo unitário" sob a justificativa de superar a fragmentação do trabalho na escola. Seria realmente no mundo das aparências a solução ideal para a superação do fragmentação do trabalho do pedagogo, mas no mundo real, considerando as questões objetivas e concretas de trabalho pelas quais os pedagogos têm sido submetidos, um processo de espoliação, de degradação, de precarização do trabalho desses profissionais que saem diariamente das escolas com um sentimento de vazio, pois, não realizam de fato o seu trabalho, são envolvidos em questões rotineiras que não lhes dizem respeito mas que por falta de

outros profissionais para atender tais demandas acabam assumindo tal responsabilidade. A lógica instaurada tem sido a de precarizar o trabalho dos profissionais da educação para oferecer aos filhos da classe trabalhadora um ensino e uma escola precarizada, é esse o projeto neoliberal.

Cabe a nós educadores que nos posicionamos em favor da classe dominada lutar contra esse processo de destruição da escola pública. Mas como isso é possível? Que alternativas pode-se encontrar para fazer frente às políticas neoliberais? Uma das respostas que se colocam a nós é a necessidade da construção de um novo projeto de escola e de uma nova política de formação e de valorização profissional dos trabalhadores da educação. No entanto, para que isso possa se efetivar é necessário a construção de novas bases econômico-sociais, seguindo aqueles dois princípios retomados de Marx por Gramsci:

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (GRAMSCI, 1976, p.45).

Esses princípios demonstram a dificuldade, mas não afirmam a impossibilidade de construir uma nova sociedade, assentada sobre outras bases que não sejam as do capitalismo. Um projeto de construção de uma sociedade pautada em princípios de solidariedade e justiça, a ser criada no interior do já instituído: o novo tem que nascer no interior do velho. Somente dessa forma poderemos falar de uma educação para a emancipação, para a formação humana. Para que esse projeto se efetive, a escola e seus professores precisam contar com os espaços de contradição para efetivar seu trabalho na formação de homens, cotejando a realidade com o sonho de uma nova sociedade. Espaços de contradição, pois, a escola na sociedade capitalista tem uma função muito clara, a de preparar seus alunos para assumirem os postos já determinados: dos dirigentes ou dos dirigidos, como Gramsci nos coloca. Mas essa mesma escola que prepara para a manutenção da realidade também possibilita

instrumentos que promovem o desenvolvimento das capacidades humanas superiores.

CONCLUSÃO

Aproveitando as experiências e reflexões dos autores que tomamos como base referencial e trazendo para a realidade dos trabalhadores da educação um dos ensinamentos que poderíamos tirar seria a importância de utilizar os momentos coletivos das formações promovidas dentro da escola para que estes fossem voltados para a dimensão política e não apenas para o saber da técnica. Os debates políticos que possibilitassem aos trabalhadores da educação uma visão de totalidade sobre as questões que envolvem a política educacional e sobre o seu trabalho na escola também poderiam ser valorizados.

No entanto, somente a formação política dos profissionais da educação e o debate coletivo sobre os problemas enfrentados na escola, ainda que fundamentais não seriam suficientes, seria necessário também a garantia das condições objetivas de trabalho na escola e para seus profissionais.

Enfim é preciso superar na escola a burocracia no trabalho, pois ela tem impedido que os trabalhadores da educação estejam voltados para o que de fato é fundamental, ou seja, a construção de um projeto de escola emancipador e compromissada com a transformação da sociedade.

ABSTRACT

The aim of this paper is to raise some aspects of labor in the capitalist society and specifically the teacher's work concerning the educational reforms in the decade of 1990 in Brazil. Such reforms re-signified work in general, which was marked by easing processes and disqualification of the workforce, with developments in teaching. It is necessary to analyze such issues and, for that, we get the concepts of hegemony, power relations, organic intellectuals, passive revolution and of the emancipatory school developed by Gramsci. In Marx, we make use of the concepts of alienation, humanization and work as a creative activity. The research is of bibliographic nature and aims to contribute to the construction of an emancipatory education on the basis of a society guided on the principles of solidarity and justice, to be built sustaining capitalism.

Keywords: Work of the teacher. Degradation. Humanization.

RESUMEN

El objetivo central del presente estudio es destacar algunos aspectos del trabajo en la sociedad capitalista, especialmente la labor del profesor, en el contexto de las reformas educativas vividas en Brasil en la década de los 90. Dichas reformas dieron nueva significación al trabajo en general, que pasó a ser marcado por procesos de flexibilización y descalificación de la fuerza de trabajo, con desdoblamientos en el magisterio. Se hace necesario analizar dichas cuestiones y, para ello, utilizamos los conceptos de hegemonía, relaciones de poder, intelectuales orgánicos, revolución pasiva y de escuela emancipadora desarrollados por Gramsci. De Marx, tomamos los conceptos de alienación, humanización y trabajo como actividad creadora. La investigación que llevamos a cabo es de carácter bibliográfico y pretende contribuir con la construcción de una educación emancipadora apoyada en las bases de una sociedad centrada en los principios de solidaridad y justicia, construidas a partir de la superación del capitalismo.

Palabras Clave: Trabajo del profesor. Degradación. Humanización.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 121-131, 2011.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. 1º Ed. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia D. Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. *Gramsci no Limiar do Século XXI*. Campinas, São Paulo: Librum Editora, 2013

A degradação do trabalho na sociedade... - Cristhyane R. Haddad

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos Econômicos- Filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. Boitempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. 3º Ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

_____. *A Escola de Leonardo: Política e Educação nos escritos de Gramsci*. Brasília: Liber Livro, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 2ª edição.

Aprovado em outubro de 2014

Publicado em março de 2015